



Pastoral da Criança

Colégio Episcopal

PASTORAL DA CRIANÇA

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que como bispos e bispa entregamos à Igreja mais esta Pastoral. Ela é fruto de um grande movimento acontecido no ceio da Igreja, em diálogo com outros segmentos da comunidade cristã e da sociedade. Ela nasce numa Igreja que mais e mais toma consciência de ser uma comunidade missionária a serviço do povo.

A ação pastoral da Igreja objetiva promover a criança como cidadã do Reino de Deus e prioridade em sua ação missionária. Para desenvolver estes objetivos, como Igreja entendemo-nos como uma grande família, exortada a cuidar-se mutuamente. Neste mútuo cuidado as crianças são merecedoras de uma atenção especial. Elas são, para nós, uma prioridade.

Convidamos os pastores e pastoras, os leigos e as leigas a acolherem esta Pastoral, lendo-a, estudando-a e estabelecendo práticas novas em relação às crianças, a luz dos princípios e orientações nela contidos. Que ela possa ser acolhida com amor, e alimente nossa prática em busca da santidade bíblica.

Bispo João Alves de Oliveira Filho – *Presidente do Colégio Episcopal*

Bispo João Carlos Lopes – *Vice-Presidente do Colégio Episcopal*

Bispo Josué Adam Lazier – *Secretário do Colégio Episcopal*

Bispo Adolfo Evaristo de Souza

Bispo Adriel de Souza Maia

Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa

Bispa Marisa Freitas Coutinho

Bispo Paulo Tarso de Oliveira Lockmann

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, o Colégio Episcopal da Igreja Metodista, sonhou com a possibilidade de enviar à Igreja uma Pastoral da Criança. Não é tão fácil. A questão da criança envolve mais do que um documento bem elaborado. Outrossim, envolve um compromisso da Igreja e dos segmentos da sociedade para dar-lhes o seu verdadeiro lugar enquanto cidadãs legítimas do Reino de Deus, bem como da nossa sociedade brasileira. Por isso ao longo dos anos os Planos Nacionais aprovados pelos Concílios Gerais da Igreja Metodista têm destacado a importância da priorização da Igreja dentro das ações pastorais e ministeriais. Por exemplo, o 16º Concílio Geral, em seu Plano Nacional ressaltou: “As primeiras e principais vítimas das injustiças sociais são as crianças e o adolescente, exigindo de nós compromisso prioritário, por ser a fase fundamental de formação da personalidade e identidade com grupos sociais”. O saudoso Bispo Isac Alberto Aço já dizia com muita contundência: “Se há prioridades, são para as crianças”.

Assim, nesta linha de raciocínio ao elaborarmos essa Pastoral da Criança, consideramos:

- Não é possível atender todo o conteúdo envolvendo a questão da Criança numa pastoral. O tema é, extremamente, abrangente e, especialmente, merecendo dos Bispos e da Bispa da Igreja Metodista um cuidado especial dentro de seu compromisso docente e pastoral. Assim, a presente Pastoral tem os seus limites. Entretanto, ela abre um espaço privilegiado no sentido que o Colégio Episcopal coloca sobre a pauta da Igreja este tema com todos os seus desdobramentos.
- O ponto focal desta Pastoral está no seu compromisso com a ação pastoral que objetiva promover a criança com cidadã do Reino de Deus. Este compromisso prioritário está centrado na pedagogia de Jesus. Por exemplo, “aproximaram-se de Jesus os discípulos, perguntaram: Quem é, porventura, o maior no Reino dos Céus? E Jesus, chamando uma criança colocou-a no meio deles. E disse: em

verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos tornardes como criança, de modo algum entrareis no Reino dos Céus.” (Mt. 18. 1-3). Em outras palavras o ensino de Jesus prioriza a vida da criança e, portanto, não há portas fechadas para as crianças, considerando-se que elas.

Os bispos e a Bispa da Igreja Metodista chamam à atenção da Igreja para dois eixos de extrema importância no desenvolvimento da Pastoral a partir das prioridades da Igreja Metodista nos seus documentos oficiais, bem como os seus Planos Nacionais nos últimos anos. **O primeiro eixo a ser considerado é a importância da educação cristã.** As crianças precisam, no contexto da fé cristã, serem nutridas na comunidade de fé e serviço. Por isso, consideramos enquanto Colégio Episcopal a importância do Batismo Cristão e o contexto da responsabilidade dos pais, mães, familiares e comunidade de fé e serviço dar-lhes o carinho necessário, a fim de que elas possam crescer arraigadas na fé, na esperança e no amor. E, portanto, no tempo certo possam fazer a sua confirmação do pacto batismal. A Igreja Metodista não abre mão da importância do Batismo da Criança. Nós, metodistas, reafirmamos que a criança é herdeira da graça divina e, conseqüentemente, a Igreja proclama “a sua fundamental doutrina: a salvação pela graça. Cremos que Cristo morreu pelas crianças ante mesmo do seu nascimento.” Nessa linha de pensamento, todos os nossos esforços programáticos precisam fortalecer o papel da educação cristã junto às crianças. Os recursos humanos, materiais, financeiros, etc. necessitam ser canalizados para melhorar a qualidade educacional do trabalho junto à Escola Dominical, Ministério com às crianças, bem como, todas as agências comprometidas com o trabalho com as crianças. Nós, bispos e bispa, reconhecemos que, lamentavelmente, muitas igrejas metodistas no nosso país ainda não priorizaram, na prática, o trabalho com as crianças. Há muito imprevisto e, percebe-se, há necessidade de uma melhor capacitação das pessoas que trabalham nesta área ministerial, equipando-as para o melhor serviço ministerial. Esta Pastoral, no fundo, focaliza a dimensão docente que precisa ser revitalizada na vida da Igreja.

O segundo eixo que se coloca na pauta desta Pastoral é as crianças da comunidade e da cidade em geral. Nos últimos anos, especialmente, com o advento do Estatuto da

Criança e do Adolescente, muitas iniciativas de diversos segmentos estão apoiando maciçamente o trabalho social junto à criança e adolescente. São organizações comprometidas com a luta em favor da vida das crianças. Essas iniciativas têm todo o apoio dos metodistas em consonância com as diretrizes do Plano de Vida e Missão da Igreja: “ há necessidade de apoiar todas as iniciativas que preservem e valorizam a vida humana. ” E, nessa direção, a Igreja precisa ser parceira. Não há dúvida, as crianças são vítimas inocentes de um sistema gerador de violência. A UNICEF tem apontado através, de indicadores confiáveis que é em nossa Pátria onde a infância tem um atendimento mais insatisfatório. Ainda a taxa de mortalidade é muito grande. Elas são, frontalmente, atingidas por esse clima de fome, miséria, incerteza, crimes, assaltos, violência entre elas mesmas. No contexto deste segundo desafio, as igrejas locais precisam buscar caminhos de apoio a todos os projetos qualificados a partir do eixo do Reino de Deus para estenderem suas mãos serviciais às crianças, inclusive colocando suas instalações físicas à disposição da comunidade.

Não desejamos que a Pastoral seja apenas um instrumento teórico. Pelo contrário, desejamos, enquanto bispos e bispa da Igreja Metodista, que nossas igrejas sejam solidárias e comprometidas com o projeto de uma melhor qualidade de vida a partir das crianças. O Metodismo tem uma história bonita de compromisso social. No início do metodismo João Wesley no ano de 1748, na Inglaterra, fundou a primeira Escola Metodista (Kingswood School), exatamente para atender os menos favorecidos de sua época, ou seja, as famílias dos trabalhadores das minas de carvão.

O Colégio Episcopal, especialmente, neste novo quinquênio eclesial quando reafirma o compromisso wesleyano de: “não criar uma nova seita, mas reformar a nação, especialmente a Igreja, e espalhar a santidade bíblica por toda a terra”, entende que um bom caminho para “reformar a nação...e espalhar a santidade bíblica...” é priorizarmos o trabalho com as crianças.

Que a pureza de uma criança nos anime a “ espalharmos a santidade por toda a terra. ”

I. CRIANÇA – AGENTE DA MISSÃO

A Igreja Metodista, em toda a sua caminhada, tem manifestado preocupação com a criança, principalmente por meio de suas atividades educativas. No Brasil, o Metodismo implantou algumas escolas paroquiais para atender às crianças da comunidade. Os planos de ação elaborados a cada período eclesiástico sempre apontaram a necessidade de desenvolver ministérios com as crianças.

O Credo Social (capítulo V, item 9) chama a atenção para a situação da criança e a necessidade de providências no cumprimento dos seus direitos. O Plano para a Vida e a Missão trabalha a questão das crianças quando busca fundamentar as diversas áreas de ação da Igreja. O documento Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista, em seu item 7, apresenta a preocupação com a educação da criança, em especial da criança pobre. No ritual de admissão ao presbiterado, o pastor e pastora fazem o voto de ensinar às crianças o caminho da vida. As Estatísticas da Igreja no ano de 1997 apontam um bom número de instituições de serviço comunitário que atendem a crianças e adolescentes. São esforços locais de desenvolvimento de creches, centros comunitários, escolas, apoio escolar que tornam concreta a ação da Igreja.

A Igreja Metodista procura unir esforços com outras Igrejas e organizações, a fim de garantir, a todas as crianças, seus direitos: educação gratuita e de qualidade, proteção contra a exploração econômica, bem como proteção da saúde física, mental, emocional, moral e espiritual. As igrejas locais participam ativamente desse exercício de cidadania, com e a favor das crianças. São inúmeras as atividades e atitudes que são tomadas nessa tarefa que é *prioritária*.

A Igreja tem a missão, o ministério, o privilégio e a obrigação de ensinar a Palavra de Deus às nossas crianças, de forma adequada à capacidade de compreensão de cada uma delas. O objetivo dessa ação é a vivência das crianças como Igreja de Jesus, visando ao seu despertar religioso, o cultivo e desenvolvimento da sua fé e participação na Missão de Deus, confiada à Igreja. Rejeitamos, assim, a ideia que reduz as crianças à mera estratégia para evangelizar seus pais e familiares. E também o conceito de que são pessoas

incompletas, improdutivas espiritualmente e “igreja do amanhã” à espera do crescimento físico e do amadurecimento intelectual que lhes proporcione condição para a educação na Palavra de Deus, serviço ao Senhor e participação dos meios de graça, dos quais destacamos o batismo e a ceia do Senhor. As crianças são “agentes mirins” da Missão e, como herdeiras do Reino e parte do povo de Deus, têm o direito de serem educadas na Palavra e no amor de Deus, de louvá-lo e cultuá-lo, de participar na celebração cültica. Da mesma forma, é seu direito partilhar os meios de graça estabelecidos por Deus para abençoar, edificar e capacitar a Igreja a esperar pelo Reino e a trabalhar por ele (Missão).

Durante muito tempo, as crianças não foram ouvidas pela sociedade em geral, nem tiveram seus direitos assegurados pelas pessoas adultas, instituições e governos. Em 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas). Essa declaração foi atualizada ao longo do tempo e, graças a ela, as crianças passaram a ser tratadas com mais respeito na maior parte do mundo.

No Brasil, a garantia dos direitos das crianças é uma história de muitos caminhos e muitas conquistas. No início dos anos de 1980, cresceu a atuação dos grupos religiosos e movimentos sociais, buscando garantir políticas sociais que estabelecessem os direitos da criança. A Assembleia Constituinte convocada atraiu a participação de segmentos da sociedade civil e do governo, em comissões estaduais e municipais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente regulamenta os preceitos da Constituição Brasileira de 1988, no que se refere à atenção à criança, introduzindo três orientações importantes:

A primeira diz respeito ao modo de entender e conceituar criança e adolescente. Não há mais diferença entre criança rica e criança pobre. O Estatuto tem caráter amplo e abrangente, dando proteção a todas as crianças e adolescentes, como iguais de direitos, sem discriminações. O Estado, a sociedade e a família são responsáveis por assegurar esses direitos e deverão ser punidos se não dispensarem a atenção devida à criança e ao adolescente. A segunda orientação altera o modo de administração pública das políticas de

atenção. O local dessa atenção é o município. O governo municipal, portanto, tem a competência de assegurar as necessidades básicas da criança e do adolescente, de tal modo que os membros não percam o vínculo comunitário que possuem. Propõe a maior integração e articulação entre as diversas políticas públicas setoriais, de forma a garantir uma atenção integral das necessidades biológicas e sociais das crianças e dos adolescentes. Cria um fundo financeiro municipal para assegurar a total atenção que a criança e o adolescente exigem. As instâncias federais passam a ser apenas normativas e corresponsáveis pelos recursos financeiros e na captação dos agentes municipais. A terceira grande orientação diz respeito à participação comunitária na formulação, acompanhamento, controle e avaliação dos serviços públicos locais destinados à criança e ao adolescente. A sociedade civil também é parceira fundamental nas decisões políticas e no controle das ações junto à criança e ao adolescente.

Assim, ao elaborar uma pastoral que enfoca a criança, a Igreja Metodista reitera seu compromisso com a ação pastoral que objetiva promover a criança como cidadã do Reino de Deus e como uma prioridade na ação missionária da Igreja. Trazemos à memória a figura da Igreja como rebanho de Jesus (cf. João 10). Todo rebanho saudável tem filhotes no seu meio, cujas necessidades são supridas pelo pastor e por toda a comunidade. No “rebanho-igreja” também, o pastoreio (o cuidado) da criança é responsabilidade não apenas do pastor, da pastora, da Igreja ou da família. Mas de todos os segmentos da Igreja. A educação cristã das crianças é um trabalho em parceria e por ela a criança aprende a participar da salvação em Jesus Cristo, é desafiada a professar publicamente sua fé e a confirmar o pacto batismal. A criança, na compreensão pastoral da Igreja, é um agente da missão.

II. A CRIANÇA NA BÍBLIA

O nascimento de uma criança é sempre motivo de alegria para sua família e sua comunidade. O povo de Israel pensava assim, pois declarou que os filhos são herança do

Senhor (Sl 127.3). Uma criança era para eles também fonte de esperança, pois a garantia da descendência era muito importante para os israelitas. Assim foi com Ana, mãe de Samuel, que era estéril e com a gestação teve de volta a certeza da bênção de Deus.

A criança é também sinal da salvação de Deus. Êxodo 1.1-2.10 relata a atitude das mulheres (as parteiras, a mãe e a irmã de Moisés, a filha de Faraó e suas donzelas) procurando salvar a vida de um bebê por ocasião da ordem dada pelo Faraó. O pequeno Moisés trouxe alegria para aquele povo e, posteriormente, tornou-se um instrumento da ação salvífica de Deus.

Os profetas falavam do messias como uma criança: “um pequenino os guiará” (Is 11.6). Por mais frágil e indefesa que a criança seja, a pessoa escolhida para ser o ungido de Deus seria fortalecida por Ele. Por isso, “a criança brincará sobre a toca da áspide, e o já desmamado meterá a mão na cova do basilisco” (Is 11.8). O messias criança é sinal da presença do próprio Deus entre o seu povo: “eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho e lhe chamará Emanuel” (Is 7.14); que significa Deus conosco. Em sua pouca idade e de acordo com suas possibilidades, a criança já participa dos propósitos de Deus, contribuindo para a construção do seu Reino.

A vida da criança corre perigo!

O povo de Israel, durante a sua história, enfrentou situações difíceis, de crise, como a fome e a guerra. Tais circunstâncias produziram um segmento populacional considerável de viúvas e órfãos, sendo necessário o estabelecimento de leis e regras que garantissem a proteção dos seus direitos. E quando o povo se esquecia de obedecer a essas prescrições, os profetas denunciavam e exortavam à prática da justiça (Is 10.2; Jr 5.28; 22.3; Os 14.3; Zc 7.10): “defendei o direito do órfão, pleiteai a causa das viúvas” (Is 1.17). Os salmos trazem a mesma advertência (68.5; 82.3; 94.6; 146.9) “tu tens sido o defensor do órfão” (Sl 10.14).

Nas guerras, catástrofes naturais (secas e fomes), bem como nas conquistas, faltavam recursos para a sobrevivência das pessoas mais pobres. Os agricultores e outros trabalhadores mais pobres perdiam parte de seus produtos e ficavam endividados com patrões e com o próprio reino. Quando estes não conseguiam saldar suas dívidas, os primeiros a sofrerem as consequências eram os escravos, e logo depois, os filhos e filhas. A solução era vender ou dar alguém como escravo para pagar as dívidas ou obter recursos para a produção familiar. Junto com os escravos, as crianças e os adolescentes eram negociados: o que contava era a capacidade de esforço físico para o trabalho. Um exemplo aparece em 2 Reis 4, quando uma mulher viúva procura o profeta Eliseu e diz: “É chegado o credor para levar os meus dois filhos para serem escravos”.

O perigo de vida para as crianças está presente em muitos outros textos: Oséias; Gênesis 22; Jó 24.9; Joel 3.5-6; Cantares 8.8-9. Porém, a Bíblia mostra que Deus não se alegra nem se contenta, e age modificando a situação. Ele atua diretamente porque é “pai dos órfãos e juiz das viúvas” (Sl 68.5; Gen. 21.17; Sl 10.14), e indiretamente, por meio de seu povo, profetas e discípulos. As pessoas escolhidas por Deus denunciam e transformam a realidade de violência e morte de crianças.

Criança, comparação do relacionamento de Deus com o ser humano

A criança na Bíblia também ilustra o relacionamento de Deus com o ser humano. Desde o nascimento, o Senhor cuida de nós:

Contudo, tu és quem me fez nascer;

e preservaste, estando eu ainda

ao seio de minha mãe.

A ti me entreguei desde o meu nascimento;

desde o ventre de minha mãe, tu és meu Deus. ” (Sl 22.9-10)

Ele nos trata como filhos e filhas: “Trazei meus filhos de longe e minhas filhas, das extremidades da terra, a todos os que são chamados pelo meu nome, e os que criei para minha glória, e que formei, e fiz” (Is 43.6-7). O salmista expressa a segurança que sente na presença de Deus usando a comparação do aconchego materno: “fiz calar e sossegar a minha alma; como a criança desmamada se aquieta nos braços de sua mãe, como essa criança é a minha alma para comigo” (Sl 131.2). Essas formas de expressar o relacionamento da pessoa com Deus, numa relação pai-filho/a, é um aspecto dos textos do Antigo Testamento que, de tão forte, passou também para o Novo. Esses textos confirmam o amor de Deus por nós, como Rm 8.16: “o próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus”. Por isso, à semelhança de Jesus, chamamos a Deus de Pai: “porque não recebestes o espírito de escravidão, para viverdes, outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de adoção, baseados no qual clamamos: Aba, Pai” (Rm 8.15).

Essa imagem de que nós, crentes, somos as crianças de Deus, foi bastante explorada nos discursos de orientação e exortação das epístolas. Em alguns textos, o autor da carta também assume essa relação de intimidade com a comunidade de fé: “... nos tornamos carinhosos entre vós, qual ama que acaricia os próprios filhos” (1Ts 2.7); “filhinhos, estas cousas vos escrevo para que não pequeis” (1Jo 2.1a).

A criança e Deus

O relacionamento da criança com Deus é pouco relatado na Bíblia. São poucos os textos que falam da experiência de fé das crianças, mas eles existem! Queremos nos deter nos relatos de 2 Reis 5 e de Marcos 5, mas brevemente vamos lembrar de algumas crianças que

tiveram experiências marcantes em sua infância: a irmã de Moisés (Gn 2.1-10); Samuel recebendo uma missão (1Sm 3); os órfãos, filhos de um discípulo do profeta Eliseu (2 Rs 4.1-7); a menina, filha da mulher grega (Mc 7.24-30); e as crianças que queriam aproximar-se de Jesus (Mc 10.13-16).

A história de 2 Reis 5 fala de uma garota israelita que foi tomada como escrava pelo exército da Síria. Na época, essa nação dominava política e economicamente Israel. A menina ficou a serviço da esposa do comandante do exército, Naamã. Este, mesmo com suas conquistas, herói de guerra, sofria de lepra. A menina israelita toma a iniciativa e fala a sua senhora que o profeta Eliseu poderia curá-lo. A sugestão é acatada pelo casal, e Naamã vai até Samaria, onde estava o profeta Eliseu, sendo restaurado.

Esta menina, da qual a história nem guardou o nome, deixou um belo testemunho. Ela confiava em Deus e sabia que Ele tinha poder para curar. Ela teve coragem e ousadia para testemunhar de seu Deus em terra estrangeira. Mesmo estando escravizada, teve consideração por seu senhor ao dizer onde ele conseguiria a cura.

Em Marcos 5.21-24 e 35-43, uma menina precisa de cura. Ela é filha de um dos principais chefes da sinagoga, Jairo. Ela estava gravemente enferma, quase morrendo. Nessa cura que Jesus opera, vê-se o interesse e o cuidado do mestre com uma menina. Ressalta-se que em alguns casos, como o da filha da mulher siro-fenícia (Mc 7.24-30) e o do filho do oficial do rei (Jo 4.46-54), Jesus, com sua palavra, operou a cura à distância. A atitude de Jesus para com a menina transparece cuidado e afeição. E Jesus continua nos ordenando que cuidemos e protejamos as nossas crianças.

A criança e o Reino (Mc 10.13-16)

Cada evangelista, ao agrupar e redigir os relatos do evangelho evidenciou aspectos, que aos seus olhos, eram mais relevantes. No enfoque de Marcos, um dos aspectos destacados é a compreensão parcial ou equivocada dos propósitos de Deus. Os ensinamentos de Jesus aos seus discípulos ficaram concentrados nos capítulos de 8 a 10. Por meio de diálogos provocados e desenvolvidos por perguntas (8.27,29; 9.11,33; 10.18,36,38,51) Jesus vai explicando, mas os discípulos pouco entendem. Essa ignorância fica mais clara em Marcos 8.21, quando Jesus pergunta aos discípulos: “Não compreendeis ainda?”.

A atitude dos discípulos de tentar impedir a aproximação das crianças reforça a incompreensão da proposta de Jesus sobre o Reino. Mas também revela os padrões e critérios da sociedade palestina da época. Impedir as crianças, bem como as pessoas que as

traziam (muito provavelmente as mulheres, mães e avós), de se aproximarem de Jesus, é a expressão de uma sociedade caracterizada por leis e regras discriminatórias.

O legalismo da sociedade judaica da época de Jesus privilegiava os homens, mais especificamente aqueles possuidores de algum bem material. Eles usufruíam dos bens e dos direitos sociais e religiosos, podendo ser considerados cidadãos em seu sentido mais pleno, política e religiosamente falando. À margem dessa situação estavam mulheres, crianças, idosos, enfermos e os empobrecidos em geral.

Jesus quebrou essa forma de pensar e agir. Ele permitiu que as crianças se aproximassem. Ele as abraçou e as abençoou, tratando-as como gente, como pessoas; expressando sua dignidade. Ele foi ainda mais além, colocou-as como modelo de participação e ingresso no Reino (9.37 e 10.15). Aliás, o Reino é das crianças (10.14)!

Uma outra comparação expressiva é a que o evangelista Mateus relata em 18.3: “em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos tornardes como crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus”. Este é um convite à confiança, a “se entregar a Deus sem reservas”.¹

A salvação da criança

Participar do Reino significa que a criança também participa da salvação em Cristo Jesus. Não por suas capacidades racionais, mas pela graça de Deus. O fundamento decisivo da salvação é o amor incondicional de Deus que, no batismo, é atribuído a cada indivíduo e que o crente (mais tarde) aceita livremente, e assim reconhece a sua natureza de filho de Deus².

A salvação da criança tem a mesma origem da nossa (pessoas adultas): a graça divina. “Pelo nascimento Deus colocou a sua marca e o seu selo nas criancinhas e as reclamou para si e para seu povo”.³ Essa graça foi chamada por João Wesley de *graça preveniente*. Ela é a semente de amor que Deus coloca em nós, “pois todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Rm 3.23). Apesar da

¹ *Viver a graça de Deus*, p.292.

² *Viver a graça de Deus*, p.355.

³ *As crenças fundamentais dos metodistas*, p.140.

nossa ‘natureza pecadora’⁴ (Ef 2.3) “Deus... por causa do grande amor com que nos amou... nos deu vida juntamente com Cristo...” (Ef 2.4-5).

João Wesley afirmou: “Em nenhuma outra parte do Sagrado Escrito há qualquer limitação ou restrição. ‘Ele salvará dos seus pecados’ todos os que crêm nele, do pecado original e do atual, do passado e do presente, da ‘carne e do espírito’. Eles são salvos tanto da culpa como do poder do pecado pela fé”.⁵

A ação da graça de Deus na pessoa humana é o que a impulsiona para Deus e para as coisas boas. De nossa própria capacidade, não saberíamos e não sabemos escolher o bem. Pode-se questionar que as pessoas das mais diferentes idades, etnias e culturas têm, em maior ou menor grau, senso do que é bom e do que é mau. Mas, até mesmo esse senso não é algo natural do ser humano, e sim, ação da graça divina em nossa mente.

“Nenhum homem vivo está inteiramente destituído daquilo que é vulgarmente chamado de consciência natural, embora esta não seja natural, e sim mais propriamente chamada graça salvadora. Todo homem a possui em grau maior ou menor... e os homens, ao menos que pertençam ao pequeno grupo de consciência endurecida, sentem-se mais ou menos mal quando agem contra a luz da sua consciência. De maneira que nenhum homem peca porque não possua a graça, mas porque não faz uso da graça que possui”.⁶

A salvação da culpa e do poder do pecado tem início com a graça preveniente. Sem que saibamos, a graça está atuando em nós. Até que chega um momento em que nos conscientizamos do amor de Deus e tomamos conhecimento do sacrifício de Jesus por nós. Diante dessa consciência, vem uma resposta humana, acolhendo ou rejeitando esse amor divino. O momento da consciência desse amor de Deus é diferente para cada pessoa.

Entendendo a salvação pela graça como um processo, nós podemos ilustrar nosso cuidado com a criança da seguinte maneira: a graça preveniente como uma semente plantada por Deus no coração

⁴ “A doutrina do pecado original”, in: *Coletânea da Teologia de João Wesley*, p.109.

⁵ *Coletânea da Teologia de João Wesley*, p. 132.

⁶ *Coletânea da Teologia de João Wesley*, p. 139.

humano, que precisa ser estimulada, cuidada e orientada para que se desenvolva, até que um dia desabroche a flor. O que a criança precisa é, ao longo da infância (e adolescência também), ser levada a ter consciência do amor de Deus e do que Cristo fez por ela. E pouco a pouco ir sendo estimulada a responder positivamente a esse amor. No caso específico das crianças, a evangelização deve consistir na própria ação de educação cristã, já desenvolvida em nossas igrejas e instituições.

Crescendo num ambiente em que ouve e vivencia o Evangelho, a criança terá condições de conhecer e acolher o amor de Deus e, por sua graça, desviar-se do caminho do pecado e da injustiça; de preservar sua salvação e de despertar e fortalecer sua fé. É nossa responsabilidade, como Igreja, o cuidado e a orientação da criança ‘no caminho em que deve andar’. Se assim o fizermos, ‘ainda quando for velha, a criança não se desviará dele’ (Pv 22.6)!

III. A CRIANÇA NA HISTÓRIA DA IGREJA

A atitude das Igrejas Cristãs em relação às crianças tem se diversificado bastante. Não faltam testemunhos de fidelidade à mensagem de Jesus e, conseqüentemente, de profundo amor e respeito pelas crianças. Mas, infelizmente, também é possível constatar os mais flagrantes exemplos de infidelidade.

A memória do ensino e do ministério de Jesus, entretanto, nunca foi apagada por completo, permanecendo sempre como presença incômoda a exigir coerência entre fé e vida. Do mesmo modo, a lembrança do menino discutindo entre os doutores (Lucas 2.41-52) tem se constituído em poderoso obstáculo impedindo que a igreja descansa numa sabedoria orgulhosa e autossuficiente. Não é exagero, portanto, dizer que o amor, o respeito e o cuidado com as crianças são critérios que permitem avaliar concretamente o grau de comprometimento com reino de Deus que é mantido pelos discípulos de Cristo.

Nessa direção, os parágrafos que seguem aplicarão esse teste à história do cristianismo. Que lugar meninos e meninas têm ocupado na vida e na missão das igrejas? Como os cristãos e cristãs vêm se relacionando com as crianças? De que maneira os pequeninos receberam e acolheram, ou não, as boas-novas?

É preciso reconhecer que os historiadores não deram a devida importância ao assunto, senão muito recentemente. Em geral, pesa sobre as crianças um silêncio quase absoluto. Diante disso, o que se propõe, nada mais é do que uma análise indicativa das posturas que o povo cristão adotou, nos períodos mais marcantes de sua história, em relação às crianças.

“Tornando-se criança com as crianças”: teologia e prática na Igreja Antiga

A preocupação dinâmica e permanente pelas crianças integrou o horizonte das primeiras comunidades cristãs. O seu modo de vida contrastava com os princípios e hábitos da sociedade greco-romana. Sem dúvida alguma essa foi a principal razão da crescente hostilidade e perseguição movida pelo Império contra os cristãos. De que forma a mentalidade patriarcal e machista poderia tolerar que escravos, crianças e mulheres tivessem um lugar privilegiado no coração de Deus e no interior da comunhão cristã?

Para os assim chamados *Pais da Igreja*, demonstrar sensibilidade e solidariedade não era dar sinais de fraqueza, e sim uma exigência cristã que se impunha a todos os fiéis e, sobretudo, aos seus líderes. Escrevendo aos filipenses, o jovem bispo da igreja em Esmirna, Policarpo (+ 156), insistentemente recomendava aos presbíteros: “Tragam de volta os desgarrados, visitem os doentes, não descuidem a viúva, o órfão e o pobre, mas sejam sempre solícitos no bem diante de Deus e dos homens” (6.1). Anos antes, Inácio, o bispo de Antioquia que sofreu o martírio entre os anos 107-110, havia censurado, em carta dirigida aos próprios esmirnenses, aqueles que se desviavam do ensino apostólico, negando a encarnação de Cristo. As conseqüências dessa teologia eram desastrosas: “Não lhes importa o dever de caridade, nem fazem caso da viúva e do órfão, nem do oprimido, nem do prisioneiro ou do liberto, nem do que padece fome ou sede” (cf. 6.1-2).

No contexto da sociedade antiga, no entanto, essa convicção soava como algo radicalmente novo e desafiador. A rejeição de crianças era prática aceita e justificada juridicamente. Paul Veyne explica-o detalhadamente na obra *História da Vida Privada – Do Império Romano ao ano mil*: “O nascimento de um romano não é apenas um fato biológico. Os recém-nascidos só vêm ao mundo, ou melhor, só são recebidos na sociedade em virtude de uma decisão do chefe de família; a contracepção, o aborto, o enjuntamento das crianças de nascimento livre e o infanticídio do filho de uma escrava são, portanto, práticas usuais e perfeitamente legais”.⁷ Bebês enjeitados pelas mais diferentes razões – com defeitos físicos, doentios, de sexo distinto do esperado, de paternidade suspeita, ou simplesmente indesejáveis – eram sumariamente expostos em lugares públicos, à espera ou da caridade alheia, ou da ação de algum aproveitador que os recolhia e criava tendo em vista a prostituição e a escravidão, ou da morte.

Para as comunidades cristãs, as crianças não eram coisas, sujeitas à manipulação dos adultos, mas seres humanos a ser amados e defendidos. O mais antigo manual catequético e litúrgico da Igreja é taxativo a esse respeito: “... não provocarás aborto, nem matarás ao recém-nascido...” (*Didaquê*, 2.2; cf. 5.2). A *Carta a Diogneto*, apresentando as instituições cristãs ao público pagão, declara: os cristãos “casam-se como todos os homens e como todos procriam, mas não rejeitam os filhos” (5.6). Mais vigorosa ainda é a defesa de Atenágoras em sua *Petição em favor dos Cristãos*, redigida no ano de 177. Ele responde às acusações de infanticídio e antropofagia, sustentando que os cristãos abominam toda a forma de violência. “Não se pode pensar que aquele que a mulher leva no ventre é um ser vivente e objeto, conseqüentemente, da providência de Deus e, em seguida, matar aquele que já tem anos de vida; não expor o nascido, crendo que expor os filhos equivale a matá-los, e tirar a vida ao que já foi criado” (35). No século IV, o escritor cristão Lactâncio (+ c. 330) sustentava idêntica opinião: “Tanto vale matar a criança quanto abandoná-la” (*Instituições Divinas* VI, 20).

A ética cristã pautava-se pelo exercício de pequenas virtudes, vinculadas ao dia-a-dia do ambiente doméstico. Entre essas, o amor pela família e o cuidado com as crianças emergem em primeiro plano. “Não tirarás a tua mão de teu filho ou de tua filha, mas desde a juventude lhes ensinarás o temor de Deus”, prescreve a *Didaquê* (4.9). O texto chama a atenção não apenas

⁷ São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 63.

porque demonstra ternura e especial interesse pela educação dos infantes, aliás, em continuidade com as práticas judaicas (cf. Dt 6.1-25; Pv 22.6), mas também pelo igual tratamento dispensado a ambos os sexos.

Vale a pena citar um texto da mais elevada significação teológica, elaborado por Irineu, bispo de Lion, por volta do ano 180. Irineu se opõe, com firmeza, ao ensino dos falsos doutores que apregoam uma versão espiritualizada do Messias. Aparecendo somente na idade adulta, Cristo seria uma espécie de espectro, de fantasma, e não um ser de carne e osso (cf. I Jo 4.1-3). A Igreja deveria rejeitar esse raciocínio, reafirmando, com insistência, a realidade histórica da encarnação. É exatamente isso o que Irineu faz, porém, ele vai além, desenvolvendo as implicações teológicas e pastorais dessa reafirmação. Em suas palavras, Cristo “não aboliu em si a lei do gênero humano e santificou todas as idades, por aquela semelhança que estava nele. Veio para salvar a todos mediante a sua pessoa, digo, os que por sua obra, renascem em Deus, crianças, meninos, adolescentes, jovens e adultos. Eis por que passou por todas as idades, tornando-se criança com as crianças, santificando as crianças...” (*Contra as Heresias*, Livro II, 22.4).

Como Cristo assumiu a infância, seria temerário, para os seus seguidores e seguidoras, menosprezar as crianças. Em virtude desse fato, não tardou para que as crianças fossem incluídas plenamente na vida da comunidade de fé. O batismo bem cedo lhes foi ministrado. A passagem de Irineu, acima citada, tem sido interpretada como testemunho dessa ocorrência. A chave dessa compreensão é o verbo “renascer” que descreve, na linguagem cristã, o ato batismal (cf. Jo 3.3-7; Tt 3.5). De qualquer modo, no terceiro século, a prática do batismo infantil já estava consolidada a ponto de Orígenes (+ 254) considerá-la um costume apostólico. Cipriano, bispo em Cartago, recomendava que os recém-nascidos fossem batizados o quanto antes, e não ao oitavo dia, como a analogia com o rito da circuncisão sugeria. O seu argumento decisivo revela quão positivamente valorizava as crianças: “Se os adultos, quando chegam à fé, obtêm a graça, quanto mais alcançarão aqueles que, como as crianças, não têm culpa alguma!” (*Carta ao Bispo Fido*, em 251). A propósito, é bom registrar que Cipriano, em sua obra *Dos Apóstatas*, testemunha igualmente que a participação das crianças na Ceia do Senhor havia se difundido na Igreja Antiga (cf. capítulos 9 e 25).

“Não havia lugar para a infância nesse mundo”: a Cristandade Medieval

A situação da Igreja começou a se modificar radicalmente, no ano 313, quando os imperadores Constantino e Licínio promulgaram, de comum acordo, o Edito de Milão. O cristianismo deixa a condição de religião perseguida e vai sendo progressivamente favorecido até se constituir no credo oficial do Império Romano. No novo contexto, a imagem de Jesus, dominante nos discursos teológicos e no imaginário popular, é revista. Aos poucos, a figura do menino cercado por doutores, ou ainda, a do Servo Sofredor identificado com a sorte dos pequeninos, é substituída pelo Cristo vitorioso, Governador Supremo de todas as coisas. A criança não é mais considerada expressão adequada da revelação de Deus em Cristo. A grandeza do Senhor, correspondente ao novo *status* social dos cristãos, mostra-se incompatível com singeleza dos gestos infantis.

Reconhecida como corporação jurídica, a Igreja poderia ampliar os seus bens e, conseqüentemente, a solidariedade com os órfãos, as viúvas e os pobres. Poderia, igualmente, usar a sua influência junto aos poderes constituídos para promover a adoção de políticas que minimizassem o sofrimento dessa gente. Contudo, também era possível que a ampliação das propriedades e do impacto exercido sobre os governantes servisse apenas para aumentar a força institucional da Igreja e, em particular, de seus representantes. Em certo sentido, todas essas possibilidades ocorreram.

Medidas legais buscaram providenciar a proteção dos indefesos e estabelecimentos foram construídos para abrigar as crianças abandonadas. Não obstante, o abandono de meninos e meninas persistiu. As multidões que acorriam à Igreja, nem sempre motivadas por razões evangélicas, foram superficialmente instruídas. Havia pressa para integrá-las à comunhão. O resultado foi à manutenção de um duplo padrão de moralidade. O ideal de perfeição era perseguido nos mosteiros, enquanto certos deslizes eram tolerados para as pessoas comuns, desde que, naturalmente, confessassem os seus pecados e procurassem o auxílio dos sacramentos.

Com a queda de Roma e o desmantelamento do Império no Ocidente, a situação se agravou. Inúmeras narrativas mostram que, na Idade Média, o domínio dos senhores feudais sobre os camponeses e suas famílias é total. Posteriormente, com o aparecimento de vilas e cidades, a mendicância se expande para muitas fronteiras. Fome, peste, conflitos militares e catástrofes naturais atingem a todas as classes, no entanto, os seus danos são particularmente evidentes para aqueles que não dispõem de nenhuma defesa. Meninos e meninas tornam-se vítimas comuns de abuso e exploração. Recém-nascidos continuam a ser enjeitados e expostos. E isso ocorre numa sociedade nominalmente cristã.

Mesmo as crianças das poucas famílias abastadas não são reconhecidas como tais. A arte medieval, pelo menos até o século XII, não retrata, de forma alguma, a vida infantil. Quando o fizer, as crianças serão representadas como adultos em escala reduzida. Na verdade, a explicação para essa lacuna é indicada pelo historiador francês Philippe Ariès: “É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”⁸.

Apesar de tudo, é óbvio que o cuidado com as crianças, sobretudo as abandonadas, encontrou formas concretas entre os fiéis seguidores de Cristo. Uma instituição dessa época, cuja vitalidade se prolongará até meados do século XX em alguns países, é a roda, concebida exatamente para manter a clausura dos conventos, sobretudo dos femininos. O pesquisador católico, Riolando Azzi, explica o seu funcionamento: a roda “consistia numa caixa cilíndrica de madeira, repartida por meio de tábuas, que girava num pino colocado sobre seu eixo principal, e era encaixada dentro da parede do edifício”. No início, esse mecanismo era empregado para que objetos e mensagens pudessem ser trocados, sem o contato pessoal direto com as internas. Logo, o sistema serviu para que bebês rejeitados fossem entregues, discretamente, à caridade das irmãs. Assim, “a partir de 1198 foi colocada no hospital do Espírito Santo em Roma a primeira roda destinada especialmente a receber crianças enjeitadas”⁹. Tuteladas pelos educadores, consideradas adultos em miniatura, ou abandonadas e condenadas à morte antes do tempo, o sentido da infância ainda não havia sido descoberto.

“As crianças começam a sair do anonimato”: a Era Moderna

A Era Moderna surgiu acompanhada de profundas transformações, cujos efeitos se estendem até os dias atuais. Por força das conquistas e da política colonialista (de exploração das riquezas das terras e continentes colonizados), desenvolveu-se um mercado mundial sob o domínio do continente europeu. Em nome da civilização, da fé e do progresso, as culturas nativas da Ásia, África e, especialmente, América conheceram a destruição. As nações indígenas foram dizimadas; e as populações negras escravizadas. Embora houvesse protestos, o discurso religioso

⁸ *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 50.

⁹ cf. Azzi, Riolando. *A Igreja e o Menor na História Social Brasileira*, São Paulo, CEHILA – Paulinas, 1992, p. 35-6. Veja também: Marcílio, Maria Luzia. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo, Hucitec, 1998.

apresentou-se, no geral, como justificção do empreendimento. Uma vez mais, as crianças estão entre as principais vítimas das mudanças. Na América Latina e, em particular, no Brasil, os meninos e meninas indígenas viram as suas condições de vida se desfazerem com rapidez. Relatos dos religiosos que atuavam nas missões contam que crianças se movimentavam sem restrições entre os adultos, eram ouvidas e seus desejos, respeitados. Tal liberdade, porém, foi interpretada como falta de educação. Comenta Azzì: “Na perspectiva lusitana, a tarefa educativa tinha como finalidade específica limitar a liberdade e coagir a espontaneidade infantil”.¹⁰ O índice de mortalidade infantil era surpreendentemente elevado e, se atingia indistintamente a todas crianças, alcançava, em especial, as indígenas, as negras e as mestiças. “É sempre assim: a criança sofre mais porque sua vida é mais frágil. Em León, cidade do interior do México, a mortalidade infantil no século 16 era de 19% entre os brancos – o que já era número alto –; 36% entre os mestiços e 51% entre os indígenas. De duas crianças que nasciam uma morria logo no primeiro ano após o nascimento, nas comunidades indígenas tocadas pela conquista”.¹¹ Além disso, o aborto e o infanticídio difundiram-se especialmente entre as escravas que preferiam sacrificar seus filhos a vê-los padecer como servos. Esse é o testemunho do padre jesuíta Jorge Benci, em sua obra *A Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, de 1705, na qual também procura entender a razão desse comportamento. A sua conclusão fala por si mesma: “é o cativo maior mal que a morte, pois é a morte remédio do cativo”.¹² A violência sexual do homem branco também era responsável pelo grande número de crianças “ilegítimas ou bastardas”, criadas pelas mães ou abandonadas. A roda dos enjeitados continuava a funcionar nos conventos. Várias confrarias e irmandades leigas tomavam o encargo de cuidar desses *órfãos*.

Enquanto isso acontecia na América Latina, o humanismo e a reforma agitavam o velho continente, obrigando a sociedade a revisar conceitos e adotar novas posições. Na pintura, são mais frequentes os retratos de crianças, embora, na maioria das vezes, elas sejam representadas ao lado dos adultos. O fato é que, agora, a sua individualidade, a sua graça e alegria, as suas brincadeiras e gestos imprevisíveis, transpareciam nas telas dos artistas. É como se a infância fosse, pouco a pouco, descoberta! “O gosto novo pelo retrato indicava que as crianças começavam a sair do anonimato em que sua pouca possibilidade de sobreviver as mantinha”.¹³ Apesar da mortalidade infantil manter-se em patamares altíssimos, a consciência comum se dava conta de que os pequenos eram amados e sua vida também requerida por Deus. “É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes”.¹⁴

Esse último comentário nos leva a refletir sobre a influência da reforma protestante na sociedade de seu tempo. Lutero não se ocupou somente com a restauração da Igreja cristã de acordo com as normas do Evangelho. Nessa perspectiva, constata-se uma revalorização da vida e responsabilidade familiares, da qual o próprio Lutero é exemplo¹⁵. Casado com Catarina von Bora, teve três filhos e três filhas, duas das quais morreram na infância, trazendo-lhes enorme pesar. Seus sobrinhos e outras crianças órfãs, pelo menos doze, receberam os cuidados do casal, além de outros hóspedes que, eventualmente, se juntaram à família. Cartas e outros documentos

¹⁰ Idem, p. 11-12.

¹¹ Tonucci, Paulo M. & Hoornaert, Eduardo. *Protagonistas e Testemunhas da Conquista*, São Paulo, Paulinas, 1992, p. 41.

¹² São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, p. 220, § 271

¹³ Ariès, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 58.

¹⁴ Idem, p. 61.

¹⁵ Sobre a família de Lutero, veja: Dreher, Martin N. “Aspectos humanos na vida de Lutero” em *Reflexões em torno de Lutero*, São Leopoldo, Sinodal 1988, v. III, p. 18-27; Dalferth, Heloisa Gralow. *Katharina von Bora: uma biografia*. São Leopoldo, Sinodal, 2000.

mostram Lutero como um pai afetuoso, que se juntava às brincadeiras dos filhos e cantava com eles sem, contudo, descuidar da disciplina, como na correspondência que enviou a Hans (Joãozinho), seu primogênito: “Meu querido filho, fico contente de ver que está estudando bastante e ora com dedicação. Faça isso, meu filho, e continue assim. (...) eu conheço um jardim muito lindo e divertido, onde andam muitas crianças, vestidas de roupa dourada e que recolhem bonitas maçãs debaixo das árvores, e peras, cerejas, nêspersas e ameixas, cantam, saltam e estão contentes. Também têm belos cavalinhos com arreios de ouro e selas de prata. Então perguntei ao dono do jardim, de quem seriam as crianças. Ele respondeu: *São as crianças que gostam de orar, aprender e ser devotas*”.¹⁶

Em 1524, Lutero escrevia *Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha*, exortando-os para que criassem e mantivessem escolas cristãs. A tarefa educativa era obrigação das autoridades tanto quanto dos próprios pais. Se os governantes aplicavam somas vultosas na construção de grandes obras e para adquirir armamentos – indagava Lutero – não seria justo inverter igual valor na educação da juventude? Aos pais, ele lembrava o mandamento de Deus: “De que nos valeria se, no mais, tivéssemos e fizéssemos tudo e fôssemos santos, mas deixássemos de fazer aquilo que é a razão principal de nossa existência: a educação da juventude? Em minha opinião, nenhum pecado exterior pesa tanto sobre o mundo perante Deus e nenhum merece maior castigo do que justamente o pecado que cometemos contra as crianças, quando não as educamos”.¹⁷ Lutero reivindicava ações políticas para a formação escolar para todas as crianças, e não apenas as ricas. A situação da criança no período moderno era crítica, quer nas regiões periféricas, quer áreas situadas no centro da economia mundial. É óbvio que as que pertenciam às famílias empobrecidas ou abandonadas sofreram duplamente. Contudo, ainda que lentamente e não sem contradições, teve início a descoberta da infância, bem como a sua valorização.

“Deus começa a sua obra com as crianças”: da época de Wesley aos dias atuais

Os últimos séculos têm sido caracterizados como uma época de revoluções: Francesa, industrial, tecnológica, etc. Em nenhum outro momento da história, as transformações se processaram tão intensa e velozmente quanto nesse período. Todos os campos da ação humana experimentam modificações cujos rumos futuros não são facilmente previsíveis. Uma coisa é certa: a situação das crianças não tem progredido no mesmo ritmo do avanço científico.

No tempo de Wesley (1703-1791), por exemplo, a Inglaterra passou a ocupar o centro da economia mundial por conta da evolução no sistema produtivo, que se convencionou chamar de Revolução Industrial. O surgimento das primeiras fábricas, têxteis inicialmente, tornou evidente o uso extensivo e intensivo de outras fontes de energia, que não a animal ou humana, bem como a divisão do trabalho em bases racionais. Contudo, nada disso resultou em benefício para a grande maioria o povo. A difícil sobrevivência, o precário estado em que se encontravam os operários e suas famílias quanto à moradia, educação e saúde, e a exploração, sem medidas, da mão-de-obra, encontram-se bem documentados em textos contemporâneos aos fatos, como também em estudos recentes. Neles, é comum lembrar que mulheres e crianças eram empregadas, de preferência aos homens, sob o pretexto de diminuir os custos de produção. Sem o dever de sustentar a casa, alegavam-se, elas poderiam receber menores salários. O trabalho se

¹⁶ Lutero, “Carta a seu Filho Hans”, em *Pelo Evangelho de Cristo*, São Leopoldo, Sinodal, 1984, p. 335-336.

¹⁷ O texto completo se encontra em *Martinho Lutero: Obras Seleccionadas*, São Leopoldo – Porto Alegre, Sinodal – Concórdia, 1995, v. 5, p. 299-325. As passagens referidas acima estão nas páginas 305 e 307. A obra *Uma Prédica Para que se mandem os Filhos à Escola*, mencionada a seguir, também consta do presente volume (cf. p. 326-363).

prolongava, usualmente em locais inadequados, por 14 horas, seis dias por semana. A disciplina severa implicava controle quase absoluto sobre os funcionários. As máquinas, sem equipamentos de segurança, causavam inúmeros acidentes. Há registros de que muitos trabalhadores tiveram dedos ou mãos amputadas. A ausência de leis trabalhistas e sindicatos organizados tornava o operariado ainda mais vulnerável aos desmandos da classe de proprietários.

Como Wesley ensinara, os primeiros metodistas, reagindo à situação de seu tempo, acreditavam que a verdadeira fé atua pelo amor (cf. Gol 5.6) e a autêntica santidade se expressam inseparavelmente nos atos de piedade e nas obras de misericórdia. Além disso, o amor e a solicitude de Wesley para com as crianças, como revela o seu *Diário* e correspondência, foram constantes durante toda a sua vida. Desde os tempos do Clube Santo, em Oxford – quando ele, juntamente com William Morgan e outros companheiros, mantinham uma escola para crianças pobres –, até a sua velhice – quando, rodeado por meninos e meninas, demonstrava-lhes viva afeição – as crianças sempre estiveram no horizonte de suas preocupações. Fundou escolas e orfanatos; organizou classes e sociedades-mirins nas quais as crianças podiam ser instruídas no caminho do Evangelho; falou-lhes diretamente em várias ocasiões e publicou material acessível à sua compreensão, como *Lições para as Crianças*, *Hinos para Crianças*, ou ainda, *Hinos para o uso das Famílias*. Também se dirigiu a pais e mães, insistindo na responsabilidade de educar os filhos e filhas, desde pequenos, a cultivarem o amor a Deus e ao próximo: “devem fazê-lo regularmente, com simplicidade e paciência”. Aliás, os conselhos que oferece nos *Sermões* 94 (*Família e religião*) e 95 (*A educação das crianças*), sob muitos aspectos, ainda se mostram atuais: “Falem uma linguagem que as crianças possam compreender, utilizando as mesmas palavras que elas usam (...) Não interrompam, nem abandonem essa obra de amor até que vejam os seus frutos” (*Sermão* 94, § 6, 7 e 10).

Wesley não isentou os pregadores dessa tarefa. Positivamente, exigiu deles que dedicassem mais tempo às crianças, que as agrupassem em pequenos núcleos [em *bandas*, segundo a linguagem metodista] sempre que o seu número chegasse a dez nas sociedades, e se reunissem com elas duas vezes por semana. Wesley não deixava alternativas para os que se queixavam, dizendo não possuir dons necessários para executar essa atribuição: “Com dom ou sem ele, você deve fazer isso, do contrário você não foi chamado para ser um pregador metodista” (*Minutes off Severa Conversations*, Wesley Works, Coleção Jackson, p.316, v. VIII). Talvez para evitar queixas como essas, já em 1766, entre as perguntas feitas aos pregadores que seriam admitidos em plena conexão com as *Sociedades Unidas*, lê-se a que segue: “Você instruirá diligentemente e cuidadosamente as crianças, e as visitará de casa em casa?”¹⁸

Em diferentes circunstâncias e lugares, Wesley constatou pessoalmente a ação de Deus junto às crianças e fez questão de registrá-lo em seu *Diário*, como segue: “Cheguei a Stockton-upon-Tees. Neste lugar, encontrei uma obra incomum de Deus entre as crianças. Muitas delas, entre seis e catorze anos de idade, estavam seriamente determinadas e sinceramente desejosas de salvar suas almas. (...) Ao meio-dia, preguei sobre o tema: *O reino dos céus está próximo* [Mt 3.17]; e o povo parecia sentir cada palavra”. A narrativa prossegue descrevendo como, após o término da pregação, as crianças o cercaram e, uma após outra, se ajoelharam. Wesley também se ajoelha e intercede por elas. Muitos dos que já haviam se retirado retornam à casa. Wesley guardou uma viva impressão desse momento e, para expressá-lo, empregou fortes imagens: “O fogo se acendeu, e correu de coração para coração, de modo que poucos, se houve alguém, não ficaram

¹⁸ Sobre o dever dos pregadores em relação às crianças, nos baseamos em Heitzenrater, Richard P. *Wesley e o Povo Chamado Metodista*. São Bernardo do Campo/Rio de Janeiro, EDITEO/Pastoral Bennett, 1996, p. 232 e 235. Tais exigências constam nas *Minutes*, uma espécie de ata das Conferências Anuais dos Pregadores Metodistas, que depois se tornava normativa.

comovidos. Não é isso coisa nova na terra? Deus começa a sua obra com as crianças”. Wesley recorda, então, que as sociedades em Cornwall, Manchester e Epworth haviam presenciado a mesma experiência e conclui o relato: “Assim a chama se espalha para aqueles de idade mais avançada, até que todos eles, por fim, o conheçam e o louvem, do menor até o maior” [Journal: 8 de junho de 1784]. Tais observações constantes de Wesley devem nos levar a refletir sobre o lugar das crianças na vida e na missão da Igreja, também como agentes mirins ativos na missão. O metodismo nascente também foi parte de um grande movimento de educação popular. Como ocorreu com Hannah Ball. Em 1769, mais de dez anos antes da iniciativa de Robert Raikes, considerado o fundador da Escola Dominical, ela inaugurou, de fato, essa nova modalidade escolar. Deve-se ter em conta que, “no século dezoito, embora a instrução religiosa fosse, naturalmente, dada, o propósito primordial era instruir as crianças pobres nos *três R’s*, no único dia em que elas estavam livres do trabalho, ou seja, no domingo”.¹⁹ No caso, os *três erres* se referem ao ensino básico da leitura, da escrita e da aritmética, respectivamente em inglês, *reading, writing e arithmetic*. Quando muitas pessoas julgaram uma blasfêmia valer-se do *dia do Senhor* para esse propósito, Wesley não hesitou em apoiar e difundir o valoroso empreendimento. Numa época em que a educação se constituía em privilégio de elite, voltar-se para crianças marginalizadas e prover meios para vencer a desinformação significava gerar mecanismos para a superação da exclusão social. Ainda que possamos criticar ideias de Wesley sobre a educação – como a rigorosa disciplina implícita em sua frase “Aquele que brinca como criança, brincará quando for homem” – jamais poderemos pôr em dúvida o seu amor pelas crianças.

IV. A CRIANÇA E AÇÃO PASTORAL DA IGREJA

Criança e ação pastoral

A imagem da Igreja como uma grande família (Gl.6:10; Ef 2.19) está presente em nossas mentes e corações. Assim, somos exortados a cuidar-nos mutuamente, sendo que as crianças (como em qualquer família) exigem de nós maior atenção e cuidados especiais.

Elas são parte efetiva da família de Deus. Precisam encontrar “portas abertas” na Igreja. Isto é, um lugar em que são acolhidas e amadas incondicionalmente e um ambiente favorável para construir sua fé e partilhar sua espiritualidade. Dessa forma, se sentirão parte ativa e atuante para celebrar a fé e experimentar uma vida de intimidade com Deus.

¹⁹ Cameron, Richard M. *Methodism and Society in Historical Perspective*. Nashville, Abingdon Press, 1961, v. I, p. 64.

Pastorear crianças

Queremos trazer à memória a figura da Igreja como rebanho de Jesus (cf. João 10). Todo rebanho saudável tem filhotes no seu meio, cujas necessidades são supridas pelo pastor e por toda a comunidade. No “rebanho-igreja” também, o pastoreio (o cuidado) da criança é responsabilidade não apenas do pastor, da pastora, da Igreja ou da família, mas de todos esses segmentos. A educação cristã das crianças é um trabalho em parceria.

Nós, metodistas, cremos que a criança participa da salvação em Jesus. É alcançada pela graça de Deus e deve ser ensinada para que não se desvie dos caminhos do Evangelho. É por meio da educação cristã que “ensinamos às crianças no que Cristo fez por elas” (termo usado pelo ritual na liturgia do batismo infantil), conhecendo e aprendendo assim, a se relacionar com Jesus e nossa fé cristã. Pela educação cristã, as crianças devem crescer no conhecimento e na experiência de Deus, sendo orientadas e desafiadas continuamente a professar sua fé e a confirmar seu pacto batismal.

O/A Pastor/a deve ter o cuidado de buscar integrar todos os serviços na igreja local que atendem as crianças, reunir sistematicamente com eles para estabelecer uma linha de atuação pastoral comum. Quase sempre a infiltração de outros grupos e seus materiais, é consequência de um certo abandono que este setor fica relegado. O/A pastor/a deve priorizar o ministério com as crianças, dando tempo aos que com elas trabalham, e a elas também

O/A Pastor/a precisa trabalhar o culto tornando-o inclusivo às crianças, o fato de ter o culto das crianças pode refletir a segregação delas do convívio com a comunidade como um todo. As crianças podem e devem participar de um primeiro momento do culto com toda a congregação, passando então ao seu próprio espaço com atividades mais próximas de sua realidade. O/A pastor/a deve em algumas ocasiões ministrar, ele/ela mesmo/a, as crianças.

A igreja local, através de seu ministério pastoral, precisa promover a participação e integração da mesma nos programas distritais e regionais de capacitação para o trabalho com as crianças. Um exemplo e uma oportunidade de participação é a integração

nacional através da Vigília Nacional pela Criança, realizada todo ano, no mês de outubro.

As crianças precisam perceber o pastor e a pastora como alguém próximo e acessível, que cuida delas e as pastoreia. Ele/Ela precisa superar a “falta de jeito” para ministrar às crianças e deixar ecoar em seus ouvidos, mentes e corações as palavras de Wesley quando algum pregador dizia que não tinha esse dom (de ministrar às crianças), sua resposta era clara e incisiva: “com dom ou sem ele, você deve fazer isso; do contrário, você não foi chamado para ser um pregador metodista” (Severa Conversations, Wesley Works, Coleção Jackson, p.316, v.VIII). Neste mesmo princípio, no ritual de admissão ao Presbiterado o/a candidato/a assume o compromisso de “ensinar às crianças o caminho da vida”.

É importante o contato pessoal com as crianças, a orientação das famílias para a educação cristã, bem como o envolvimento e a devida orientação para a elaboração do Planejamento de Ministério com Crianças. Cabe aos pastores e pastoras garantir a reflexão sobre a missão da Igreja junto às crianças: proposta, motivação, objetivos.

Cabe, ainda, dizer que os/as pastores/as precisam trabalhar bem os acontecimentos do batismo de crianças e da Ceia do Senhor para as crianças. Trata-se de um grande acontecimento. Sabemos como é importante os compromissos presentes nesses sacramentos, pelo que eles precisam ser valorizados no atendimento às crianças.

A educação cristã na família

O pastor metodista David Seamands nos ajuda a entender a importância de um bom relacionamento familiar e de uma boa educação na família. Em seu livro “O poder curador da graça”, Seamands diz que somos o resultado de uma vida inteira: nossa formação física e emocional começou pelo menos nove meses antes que cada um de nós nascesse. Lá no útero materno já podíamos nos sentir como seres amados ou rejeitados.

Muito do que somos hoje, do que pensamos e valorizamos, do que tememos e que nos dá alegria, devemos à maneira como fomos criados, educados e amados em nossa

família ou na falta dela. Sendo assim, percebemos o lar como a “primeira sala de aula” também do ensino religioso. É na família que adquirimos as primeiras sensações e noções sobre Deus. E essa primeira impressão nos marca para sempre. A família é a porta pela qual vamos ao mundo e pela qual o mundo chega a nós. É na vivência familiar que temos formado a concepção de lar, da vida, de valores, da própria realidade...

É fundamental despertar a família para a prática do diálogo e do cultivo de momentos devocionais. Resgatar o culto doméstico como uma forma gostosa e descontraída de comunhão e partilha, garantir pelo menos uma refeição em família juntos à mesa, recuperar a hora de pôr as crianças para dormir como uma oportunidade de contar boas histórias e orar.

Outra possibilidade é criar o “cantinho da comunhão”, um lugar mais sossegado e reservado com: Bíblia, cancionários, livros infantis e devocionais, elementos da natureza pelos quais podemos dar graças; enfim, um espaço para estar a sós com Deus. Se a família separar tempo para estar com Deus, a criança aprenderá que esses são momentos especiais e vai guardá-los pela vida afora.

Vivemos tempos em que, por uma série de razões, a responsabilidade da educação cristã tem sido transferida para a Igreja. É preciso conscientizar as famílias do seu papel preponderante nesse processo, cabendo à Igreja o suporte, a orientação e a sistematização da nossa fé e crença.

A respeito da educação cristã na família é sempre bom recordar o exemplo de Susana Wesley, que criou seus filhos no temor de Deus. Vejam o que ela conta sobre sua prática, em carta ao seu filho, Rev. João Wesley: “Às crianças do nosso lar, logo que podiam falar, era ensinado o “Pai Nosso”, que tinham de repetir na hora de deitar e levantar; ao qual, quando maiores, se acrescentava uma oração pelos pais, e algumas orações outras, o catecismo pequeno e algumas porções das Escrituras, de acordo com a sua capacidade. Muito cedo na sua vida, meus filhos aprenderam distinguir entre o domingo e os outros dias da semana; sim, antes de poderem falar ou andar. Aprenderam cedo a ficar quietos na hora do culto doméstico, e a dar graças à mesa, pelos gestos, antes de poderem ajoelhar-se ou falar.”

Educação cristã na igreja

A Escola Dominical é o espaço por excelência de formação e o momento mais amado da vida da Igreja pelas crianças. Coloca-se o desafio para que a Igreja seja um lugar acolhedor para a criança. A Escola Dominical é a boa experiência que temos nesse sentido, que pode nos dar as pistas para envolver a criança na vida da Igreja, suas celebrações e

ritos, propor novos programas e atividades e levá-la a se perceber como parte da Missão da Igreja. É fundamental que a criança possa vivenciar e “experimental” a vida em comunidade para crescer na fé.

Todavia, a participação da criança na Igreja não pode se restringir à Escola Dominical. Esta, no entanto, agência por excelência de formação, precisa de investimento constante para garantir um processo contínuo de crescimento, com conteúdo bíblico-doutrinário, um currículo próprio para cada idade, material pedagógico e pessoas capacitadas didática e biblicamente.

A Igreja Metodista produziu a primeira revista bíblica infantil para Escola Dominical no Brasil. Chamava-se *A nossa gente pequena*. Foi publicada entre 1884 e 1886, pelo rev. John James Ransom (missionário metodista no Brasil de 2 de fevereiro de 1876 a 4 de agosto de 1886). Mais de 20 anos antes da publicação da revista *Tico-Tico*, considerada a revista para crianças pioneira no Brasil. Desde então, esse ministério de produção de revistas para a educação cristã de nossas crianças vem amadurecendo e sendo aperfeiçoado.

Temos hoje as revistas *Bem-te-vi* que atendem grupos de crianças de 5 a 11 anos e o livro *Semente de Mostarda* para crianças de até 4 anos. Esse material é produzido por uma equipe de redação de nossa Igreja, nomeada pelo Colégio Episcopal para este ministério. Junta-se a este material o Boletim Recriar que traz orientações voltadas aos/as professores/as e coordenadores/as do ministério com crianças.

O uso das revistas de Escola Dominical é fundamental, pois garante o conteúdo segundo nossa fé e crença metodistas. É dever pastoral incentivar. As revistas são as “cartilhas” de educação cristã, compete aos educadores, sobretudo aos professores da Escola Dominical, o preparo da aula. E isso significa que a lição traz o “texto base” do estudo, mas o professor tem de enriquecê-lo e adequá-lo às diversas realidades regionais do nosso país e também ao contexto do grupo de crianças com o qual trabalhamos. Para garantir esta capacitação, o Departamento Nacional de Trabalho com Crianças e os Departamentos Regionais têm investido na produção de material de apoio e cursos de formação e atualização para as pessoas que trabalham com crianças.

Igualmente importante tem sido a “tradução” da Bíblia para várias linguagens dentro de uma mesma língua; seja para uma linguagem popular, seja utilizando recursos pedagógicos nos quais os “conteúdos” (o amor de Deus, a graça de Deus, a vontade de Deus, etc.) vão sendo adequados à compreensão das crianças nos seus vários níveis de desenvolvimento.

A Igreja Metodista tem avançado em sua discussão bíblico-teológica sobre o lugar e o papel da criança na Igreja e na Missão, produzindo documentos pastorais como a Pastoral sobre os Sacramentos e a presente Pastoral sobre a Criança. Estes documentos trazem fundamentos essenciais de nossa prática.

A Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, em São Paulo, tem no seu Instituto de Pastoral um espaço para curso de treinamento para quem trabalha com crianças. Hoje, a Igreja e algumas de suas instituições de formação teológica e pastoral começam a discutir a formação dos pastores e pastoras no que diz respeito ao trabalho pastoral junto a esse segmento importante da Igreja.

João Wesley já demonstrava preocupação com os pequeninos do rebanho, quando levava os candidatos a pregador da Igreja Metodista a firmar um voto de compromisso ao atendimento à criança: “Você instruirá diligentemente as crianças e as visitará de casa em casa? ”. Para ser pastor (pregador) metodista, o candidato precisava responder positivamente a esse desafio (Heitzenrater, Richard P. *Wesley e o povo chamado metodista*, p. 235).

Wesley também escreveu o livro *Orações para crianças* e ainda mais de 200 histórias bíblicas para crianças. Durante sua estada em Savannah, na Geórgia, EUA, como missionário, João Wesley dava semanalmente aulas de Bíblia para as crianças, antes do culto da manhã. Por isso, algumas pessoas consideram que ele resgatou a participação das crianças na vida da Igreja. Em High Wycombe, em 1769, Hanna Ball, convertida em uma pregação de Wesley em 1765, se dedicou ao trabalho com crianças e iniciou a Escola Dominical. Mais tarde, em 1781, Robert Raikes, também inglês, iniciou o movimento da Escola Dominical para os meninos de rua, ensinando religião, aritmética e inglês.

CONCLUSÃO

Ao concluirmos esta Pastoral, salientamos que ela chama toda a igreja a um verdadeiro compromisso para com as crianças. Esperamos que a sua leitura e estudo suscite uma nova prática pastoral e educacional para com as crianças, prioritárias no Reino de Deus.

Como ela inspirou a nós bispos e bispa em sua elaboração, desejamos que ela ajude o povo metodista a assumir novas frentes missionárias de trabalho com crianças. Que *o povo chamado metodista* em nosso país possa ser agente do amor de Deus pelas crianças, ministrando-as com os sacramentos, melhor cuidando delas, compreendendo-as como tal, capacitando-as a serem agente da paz, instruindo-as para que não se afastem nunca dos caminhos do Senhor.